



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 73/X/4.ª

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito reuniu, pelas dezasseis horas e dez minutos, na sala dois, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 72;
2. Apreciação dos Pareceres relativos aos:
 - **Projecto de Lei n.º 434/X (CDS-PP)** – *Alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social* - Deputada autora do parecer: Maria José Gamboa (PS);
 - **Proposta de Lei n.º 233/X (ALRM)** – *Complemento de pensão* - Deputada autora do parecer: Isabel Coutinho (PS);
3. Apreciação do Parecer sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2009 – Deputado autor do parecer: Costa Amorim (PS);
4. Apreciação de Relatório de Audiência concedidas pelo Grupo de Trabalho das Audiências;
5. Apreciação da Redacção Final da **Proposta de Lei n.º 207/X (GOV)**, que define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas;
6. Nomeação de Deputado Relator para a Convenção n.º 188 e para a Recomendação n.º 199 da Organização Internacional do Trabalho, relativas ao Trabalho no Sector das Pescas;
7. Discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 223/X (GOV)**, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia;
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), deu início à reunião, submetendo à votação a Acta número setenta e dois, que foi aprovada por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 434/X (CDS-PP) – Alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, cujos pontos I e III foram, nos termos regimentais, colocados à votação da Comissão e aprovados por unanimidade.

De seguida, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 233/X (GOV) – Complemento de Pensão, cujos pontos I e III foram, nos termos regimentais, aprovados por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2009. Usou então da palavra o Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) para explicar que o PCP iria votar contra, não pelo conteúdo do parecer, mas para expressar a discordância profunda relativamente ao caminho que está a ser seguido pela União Europeia, designadamente com a Directiva do Tempo de Trabalho, na qual se prevê que o horário de trabalho possa, em certas circunstâncias, atingir as 65-72 horas semanais. Submetido à votação, foi o Parecer aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou o relatório da Audiência concedida em 26 de Novembro ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, tendo sido consensualmente aceite a sugestão nele contida de questionamento da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado da Administração Pública sobre a matéria nele exposta e na documentação anexa com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, foi, nos termos regimentais, aprovada por unanimidade a redacção final da Proposta de Lei n.º 207/X (GOV).

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para acompanhar o processo relativo à Convenção n.º 188 e à Recomendação n.º 199 da Organização Internacional do Trabalho, relativas ao Trabalho no Sector das Pescas, designadamente para ouvir entidades do sector, propondo que a Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas fosse sensibilizada para o assunto. Referiu igualmente que, a ser criado, em representação do GP do PCP, integraria o referido grupo de trabalho.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse estar de acordo com aquela proposta e indicou a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) para integrar e coordenar o referido grupo de trabalho.

Passando ao penúltimo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente disse não haver condições para a Comissão proceder à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), no que foi secundado pela Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), que lembrou que as audições efectuadas permitiram ter consciência dos problemas que se colocam quanto à transposição da directiva em questão.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) começou por lamentar o facto de o PS não ter cumprido o desiderato a que se tinha proposto quanto ao número de pareceres presentes à Comissão. De seguida, fez menção ao email do SITIC enviado para a Comissão no dia 15 de Dezembro, no qual foram juntos comprovativos da não aplicação pelos CTT da legislação respeitante ao abono de família às famílias monoparentais, tendo sido deliberado enviá-lo, para conhecimento, ao Chefe de Gabinete do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Disse ainda que, quanto à calendarização dos trabalhos para Janeiro de 2009, a Proposta de Lei n.º 204/X (GOV) estava em condições de ser agendada para discussão e votação na especialidade.

Também o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) lembrou o compromisso assumido pelo PS quanto ao agendamento da discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD).

Por sua vez, o Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) disse que continuava a saga da prepotência e da discriminação nos CTT, já que a Administração apenas aceita que os trabalhadores que assinaram o acordo gozem a tolerância de ponto nos dias 24 e 26 de Dezembro de 2008.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que fosse dada uma informação mais detalhada à Comissão para ser presente, pelas vias formais, ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) retorquiu que a informação estava dada e a denúncia feita mas informou que o GP do PCP iria recolher mais elementos que seriam presentes à Comissão para apreciação.

O Senhor Presidente da Comissão encerrou a reunião às dezassete horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Janeiro de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Francisco Lopes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Laranjeiro